

DECISÃO N° 1567951, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

DECISÃO DE NÃO RETRATAÇÃO

EM FACE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: 25351.171679/2018-07

Autuada: ACÁCIA DE AMERICANA FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO LTDA

AIS n.: 0242771/18-1

Expediente do Recurso n.: 0741905/21-3

Vieram os presentes autos à esta Coordenação de Análise e Julgamento das Infrações Sanitárias para análise recursal, em atenção ao disposto no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ao art. 9º e parágrafos c/c o art. 11, §1º, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, que estabelecem que o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à avaliação da autoridade superior.

Condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a autuada apresentou o recurso tempestivo via sistema Solicita (conforme documento de fl. 60), no qual, pelos motivos ali expostos, requereu o não prosseguimento da autuação.

Inicialmente, cumpre-me ressaltar que não observo nos autos a ocorrência da prescrição em qualquer uma das modalidades previstas na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999. Ademais, quanto à autuação, entendo que foram observados os princípios administrativos, inclusive os da ampla defesa e do contraditório, bem como os requisitos de validade do art. 13 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Ao exame dos autos, verifico que foram atendidos os pressupostos de admissibilidade recursais previstos no art. 6º da Resolução - RDC nº 266, de 2019. No entanto, em análise ao processo e às alegações apresentadas pela autuada, não verifico elementos que ensejem a revisão da decisão proferida, tanto no que se refere à legalidade dos documentos processuais, quanto no que diz respeito ao mérito da infração que lhe é imputada.

A autuada tenta desqualificar o AIS alegando que estava apenas informando os consumidores das características do produto. Ocorre que o produto exposto à venda era passível de registro (conforme Memorando nº 099/2016-GMESP/GGMED/ANVISA, fl. 7), de modo que sua propaganda e exposição à venda é ilícita.

Acerca da reincidência, de fato não é possível a instituição de pena de caráter perpétuo. Contudo, a aferição da reincidência se faz nos cinco anos anteriores à data da infração (24 de maio de 2016, no presente caso). Como ocorreu trânsito em julgado de decisão condenatória nesse período (27 de dezembro de 2011), a empresa é sim reincidente. Dessa feita, não faz jus à fiscalização sanitária orientadora, nos termos do art. 55 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Desse modo, conheço do recurso interposto e, por não acolher os argumentos oferecidos pela autuada, mantenho a decisão anteriormente proferida.

Encaminhem-se os autos à Gerência-Geral de Recursos para julgamento em segunda instância administrativa, nos termos do art. 3º da Resolução - RDC nº 266, de 2019.

RAIANNE LIBERAL COUTINHO

Autoridade julgadora - Portaria nº 516, de 9 de julho de 2020
Coordenação de Análise e Julgamento das Infrações Sanitárias
CAJIS/DIRE4/ANVISA



Documento assinado eletronicamente por **Raianne Liberal Coutinho, Assistente**, em 17/08/2021, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1567951** e o código CRC **6A1760A3**.